

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - CIÊNCIA POLÍTICA

**DIGITALIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: O PAPEL DO ESTADO E OS IMPACTOS NO RURAL**

*Larissa Hauana Da Silva Ribeiro (lari-hauana@hotmail.com)*

Autores: Larissa Hauana da S. Ribeiro (autora) e Karina Yoshie M. Kato (orientadora).

A pesquisa “O rural em tempos de financeirização e digitalização” tem como objetivo analisar como o Estado brasileiro e o setor agrícola vêm incorporando os processos de digitalização ao longo das últimas décadas, entendendo que tais transformações não se limitam ao aspecto técnico, mas envolvem dimensões institucionais, produtivas e sociais capazes de redefinir a relação entre Estado, agricultura e sociedade. Para alcançar esse objetivo, o estudo foi estruturado em dois eixos complementares: o primeiro dedicado à digitalização institucional do Estado, a partir do levantamento e sistematização de leis, decretos, portarias e políticas públicas que orientam a transformação digital da gestão pública, permitindo compreender como o Estado atua como agente regulador e facilitador da incorporação tecnológica; e o segundo voltado à digitalização setorial da agricultura, especialmente em políticas que induzem o agronegócio 4.0, a agricultura de precisão e o fortalecimento da agricultura familiar. Os métodos utilizados incluem análise documental, coleta de marcos regulatórios e revisão de políticas públicas, articulados à interpretação crítica de seus impactos no meio rural. Os resultados parciais indicam que tecnologias como inteligência artificial, big data, internet das coisas e plataformas digitais vêm sendo gradualmente implementadas no campo brasileiro, porém de forma

desigual: grandes produtores apresentam maior capacidade de adoção, enquanto agricultores familiares enfrentam obstáculos relacionados a custos, infraestrutura e acesso a conhecimento técnico, reforçando assimetrias históricas do meio rural. A pesquisa evidencia ainda que a digitalização se articula diretamente à financeirização da terra e da natureza, pois a geração massiva de dados, a criação de indicadores ambientais e a adoção de certificações digitais estabelecem novas formas de valoração da produção agropecuária, aproximando-a da lógica financeira por meio de instrumentos e títulos verdes, além da expansão de fundos de investimento voltados ao setor. Nesse sentido, observa-se que os avanços digitais não apenas reorganizam práticas produtivas, mas também redefinem as bases de apropriação e mercantilização dos recursos naturais, levantando questões críticas sobre soberania alimentar, sustentabilidade ambiental e justiça social. A discussão mostra que esses processos, embora possam contribuir para maior eficiência produtiva e adaptação às mudanças climáticas, também ampliam a dependência de produtores em relação a grandes corporações de tecnologia e agronegócio, ao mesmo tempo em que reduzem dinâmicas socioambientais complexas a métricas simplificadas de mercado. Assim, as conclusões parciais da pesquisa reforçam que os avanços digitais não são neutros: produzem efeitos sociais, econômicos e ambientais distintos entre agricultores empresariais e familiares e exigem políticas públicas inclusivas que possam equilibrar inovação tecnológica, equidade social e preservação ambiental. Ao articular a dimensão regulatória com as práticas concretas no campo, o estudo busca compreender criticamente os caminhos da digitalização no Brasil e suas implicações para o futuro do meio rural, oferecendo subsídios para o debate acadêmico e político sobre desenvolvimento, sustentabilidade e redução das desigualdades.

Palavras-chave: digitalização; estado; políticas públicas; agricultura; tecnologias digitais.